

A Organização Do Currículo No Contexto Democrático: Novas Necessidades E Perspectivas

Jardel Pereira da Silva
Ramiro Ferreira de Freitas

RESUMO

O presente artigo pretende analisar como a educação brasileira foi modificada após o chamado “movimento de redemocratização”, ocorrido nas últimas décadas do século passado e cujos reflexos perduram até os dias atuais. Por meio de consulta bibliográfica e utilizando método exploratório, pretendemos comprovar à medida que os currículos e o processo ensino-aprendizagem vêm sendo, historicamente, edificados como padrões focados na formação direcionada dos alunos. A importância deste estudo reside no fato de ainda poucos autores se debruçarem sobre a complexa influência estatal na escolarização dos jovens. Ainda considerações adicionais merecem surgir, porém, esperamos que seja possível, agora, inaugurar uma discussão saudável em torno das problemáticas referidas.

Palavras-chave: Educação. Currículo. Professor. Aluno. História.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Brazilian education has been modified after the so-called "democracy movement" in recent decades of the last century and whose effects linger to this day. Through literature and using exploratory method consultation, we intend to prove the extent to which the curricula and the teaching-learning process has been historically built as focused standards in targeted training of students. The importance of this study lies in the fact that few authors still pore over the complex state influence in the education of young people. Still further considerations should arise, however, we hope you can now open a healthy discussion around the issues mentioned.

Keywords: Education. Curriculum. Teacher. Student. History.

• Docente da Universidade Regional do Cariri.

• Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos da UFCG - GEPDIH, pertencente à Universidade Federal de Campina Grande.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio pretende abordar a evolução do modelo educacional brasileiro. Para atingir tal propósito, lança mão de farto arcabouço documental historiográfico cujo teor, além de apresentar os momentos produtivos do conceito e da abrangência curricular nos 3 níveis de ensino (Fundamental, Médio e Superior), exprime o papel crucial que personagens históricas desempenharam na elaboração de um verdadeiro projeto nacional. Os êxitos e fracassos não constituem, de modo paulatino, uma cadeia sucessiva de acontecimentos na malha circunstancial da realidade, mas subsumem discrepâncias ideológicas e, por vezes, cognitivas, recorrentes entre os controladores da população a ser “adestrada”.

O governo Sarney foi repleto de instabilidades. Da mesma maneira seus sucessores não puderam manter uma situação uniforme na política nacional. De qual modo tudo isso influenciou a educação pátria, o que será discutido no âmbito da investigação empreendida.

2 GOVERNO SARNEY

A Ditadura Militar chega ao fim, após 21 anos, iniciando em 1º de abril de 1964, com o Golpe de Estado, terminando em 15 de fevereiro de 1985, quando José Sarney, civil, toma posse como Presidente da República.

No final da década de 70, o movimento popular pela Anistia se intensifica, sendo decretada pelo Presidente Militar, Ernesto Geisel, em 1979. Mas, já nas eleições parlamentares de 1974 e 1978, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), então, de fato, partido oposicionista, goza de espetaculares vitórias, o que leva a Ditadura a criar a figura do que se convencionou chamar “senador biônico”.

A Ditadura não aceitou suas derrotas eleitorais e o “senador biônico”, que era nomeado, garantia a maioria do governo no Congresso. A rejeição à Ditadura se acentua em todo o país, até mesmo junto aos grandes empresários que dela tanto se beneficiaram.

A economia já não ia tão bem; passara-se pela crise do petróleo. A classe média já começava a perder as benesses do sistema. Esse caudal de mudanças desembocou no espetacular movimento das Diretas Já, em 1984. A Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que propunha eleições Diretas Já para 1984, acrescentou mais entusiasmo ao povo. As ruas se enchiam de gente, os comícios das Diretas Já levavam multidões

entusiasmadas.

A frustração foi grande quando, por pequena margem de votos, o Congresso derrota a Emenda Dante de Oliveira e aprova o Colégio Eleitoral²³, impedindo que o povo, pelo voto direto, eleja seu Presidente. A eleição é indireta. O próprio Congresso elege Tancredo Neves.

Tancredo adoece e morre, antes de tomar posse e seu Vice, José Ribamar Sarney, assume a Presidência da República, a 15 de março de 1985. Apesar da frustração popular com a derrota das Diretas Já, o povo voltou a empolgar-se com a candidatura Tancredo contra Maluf. Novo sofrimento com a morte de Tancredo.

O povo novamente vibra com o “Plano Cruzado” e os “fiscais de Sarney”, no início de seu mandato. E, em todo o período do seu governo, anterior ao início do Congresso Constituinte, a sociedade civil organizada luta pela instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte. E nova frustração quando Câmara e Senado federais aprovam o “Congresso Constituinte”.

A nova Constituição, apesar de não ter sido escrita por uma Assembleia Nacional Constituinte, trouxe avanços sociais nas diversas áreas. A educação é garantida pelo seu art. 205 do Capítulo III, Seção I da Constituição Federal de 1988, chamada pelo Presidente do Congresso Constituinte, Ulisses Guimarães, de “Constituição Cidadã”.

2.1 Educação no Governo Sarney

O governo Sarney, que inicia a Nova República, como os demais, deu atenção à Educação. Para Vieira (1995), “na Política Educacional em Tempos de Transição 1985 – 1995, os documentos do Governo Sarney fazem um amplo inventário dos históricos problemas da Educação, mas tendem a oferecer poucas alternativas inovadoras à sua superação”.

Tais documentos priorizam estratégias de flexibilidade, mobilização social com objetivo de fomentar projetos que valorizam a carreira do magistério da Educação Básica, ampliação das matrículas e assistência ao aluno carente.

A tudo isso, acrescentou-se ao fato de o estabelecimento do “O Dia D da Educação” ser o dia 18 de setembro de 1985. As diretrizes ali estabelecidas enumeraram uma série de prioridades do governo, entre elas aumentar significativamente o número de escolas.

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) da Nova República estabeleceu

o compromisso em oferecer escola pública a todas as crianças de 7 a 14 anos.

Ainda em 1985, Sarney se detém na alfabetização de adultos, extingue o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), substituindo-o pelo “Projeto Educar”.

Em 1987, o Ministério de Educação e Cultura do Governo Sarney extingue a Coordenação de Ensino Pré-Escolar, colocando-a sob a responsabilidade da Secretaria do Ensino Básico deste ministério.

No que se refere aos currículos do 1º e 2º graus, o Conselho Federal de Educação, em 1986, por meio do parecer 785 e da Resolução nº 6/86, reformula o núcleo comum destes currículos. O 1º grau passou a abranger as matérias Português, Estudos Sociais, Ciências, Matemática. Além do núcleo comum a Resolução mantém a Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programa de Saúde e Ensino Religioso. O Ensino Religioso era obrigatório, porém de matrícula facultativa. Além disso, aberto a todas as religiões, cabendo a sua escolha aos próprios alunos e à direção da escola apresentar o professor.

Quanto ao 2º grau, a matriz curricular apresentou as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Geografia, História, Filosofia, Língua Estrangeira Inglês ou Espanhol, Biologia, Física, Matemática e Química.

Na verdade, embora o governo Sarney tenha acrescido algumas mudanças, não o foram em profundidade em benefício da aprendizagem nem da educação, como mentora do desenvolvimento intelectual e social dos alunos e alunas como agentes ativos de transformação da sociedade.

2.2 Campanha eleitoral – 1989

Superadas as frustrações com a não Diretas Já, passada a “comoção” da morte de Tancredo, chega-se ao último ano do governo Sarney, após cinco anos de mandato. A Campanha Eleitoral começa.

Por toda a República Velha, passando pelo governo da República Nova com Getúlio, o governo de “50 em 05” de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e “suas forças ocultas”, João Goulart e a efervescência política deste período; todos esses mandatos teriam, por lei, a duração de quatro anos, caso não houvesse renúncia ou golpe militar. Este, ao se instalar, estabeleceu mandato de seis anos para cada governante.

Ao instalar-se, o Colégio Constituinte pretendeu estabelecer doravante

mandato de quatro anos para o governante nos três níveis, federal, estadual e municipal. Sarney, sentindo-se prejudicado, consegue negociar com os parlamentares para ficar no poder por cinco anos. Em 1989, completaram-se os cinco anos de seu mandato.

Depois de 29 anos, volta o poder escolher, pelo voto direto, o Presidente da República. Sendo assim, as pessoas com 46 anos de idade estavam votando pela 1ª vez. Há candidatos de todos os matizes políticos, a maioria deles de centro esquerda para esquerda. Como Mario Covas, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Leonel Brizola, Partido Democrático Trabalhista (PDT); Roberto Freire, Partido Comunista do Brasil (PCB); Luiz Inácio Lula da Silva, Partido dos Trabalhadores (PT). Já de centro esquerda para direita, Ulisses Guimarães do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e de direita Paulo Maluf, Partido Democrático Social (PDS); e Collor de Mello, Partido da Renovação Nacional.

A nova constituição já estabelecera eleições em dois turnos. No 1º turno concorriam todos estes candidatos, destacando-se Collor em 1º lugar; 2º, Lula, e 3º, Leonel Brizola. No 2º turno, disputaram Collor e Lula. Dia a dia Lula se aproximava de Collor, a diferença entre os dois era cada vez menor.

3 GOVERNO COLLOR DE MELLO – 1990/1992

Collor assume e inicia o processo neoliberal em todos os setores do país. Na economia, cria o plano Collor 1, depois o 2, retirando a moeda de circulação, por meio do confisco da poupança; iniciou o processo de privatização das empresas estatais; procedeu a demissões de funcionários públicos, dentro daquele conceito que o próprio criou para ir de “caçador de marajás”.

Collor governa para os “seus” com total apoio da direita. Surgem denúncias de corrupção. E se dá o processo de impeachment. Com Collor cassado, assume o seu vice, Itamar Franco.

3.1 Educação no Governo Collor de Mello

A educação no governo Fernando Collor de Mello não recebe a atenção advinda. Para Vieira, seu governo inaugura a fase da “educação espetáculo”. O governo Collor propõe o Programa Nacional de Alfabetização para a Cidadania (PNAC), que não trouxe, na prática, grandes avanços, como a criação do Estatuto da

Criança e do Adolescente que tem um capítulo sobre o direito à educação.

No que diz respeito ao currículo do 1º e 2º graus, ou por desinteresse ou por falta de tempo útil, em razão de um curto mandato – de início de 1990 ao impeachment em 30/09/1992 –, nada foi acrescentado ao que já existia.

Houve, na verdade, uma tentativa de criação do Centros de Integrados de Atendimento às Crianças (CIACs), semelhante aos Centros de Integrados de Educação Pública (CIEPs), no Rio de Janeiro, menina dos olhos do governador Leonel Brizola, em que as crianças passariam tempo integral.

Sem alteração de currículo, fora implantado um sistema em que os alunos e alunas seriam beneficiados pela transversalidade, ou seja, atividades extracurriculares, esportes, teatro, dança, etc. Enfim, a educação para o governo Collor, aparentemente, foi de pouca significância.

4 GOVERNO ITAMAR FRANCO – 1992/1994

Itamar Franco assume a Presidência da República em outubro de 1992, após o impeachment de Collor, e governa até 31 de dezembro de 1994. Estava no mundo ocidental e, claro, no Brasil, no auge do neoliberalismo, com o domínio ideológico do “Consenso de Washington”. Itamar, embora já não possa fugir inteiramente dessa realidade, ele, em certos aspectos, consegue contorná-la.

Na questão administrativa, desmonta o preconceito criado contra os funcionários públicos. Não os tratam como “marajás”, respeitando-os e melhorando salarialmente suas condições.

Economicamente, embora não tenha podido acabar com a nova “filosofia” neoliberal, pelo menos, desacelerou o processo privatista. A essa altura, a inflação, que retornara ainda com Collor, se acelera.

Itamar nomeia como Ministro de Economia o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, tendo já, segundo dizem muitos, procedido a um estudo sobre a viabilidade de um novo plano econômico, o Plano Real. Este plano foi inteiramente aceito pela sociedade e pelos trabalhadores, cansados de verem corroídos seus salários pela inflação. O governo Itamar goza de certa tranquilidade. E, é, assim que se chega ao seu final de mandato, em 1994, com novas eleições presidenciais.

4.1 Educação no Governo de Itamar Franco

Quando Itamar Franco assume o governo (era vice de Collor de Melo), o Brasil estava traumatizado, suas expectativas quanto ao “caçador de marajás” foram frustradas. A inflação era alta, mas Itamar conseguiu contornar aqueles problemas, e seu mandato gozou de um apoio popular discreto. Seu mandato durou apenas de 1º de outubro de 1992 a 31 de dezembro de 1994, dois anos e três meses; na verdade, tempo muito curto para promover mudanças de grande envergadura, sobretudo na Educação. Na verdade, a Educação se manteve com o mesmo currículo nos 1º e 2º graus da época do governo Sarney.

A identidade do governo Itamar primava pelo respeito às instituições públicas, aos demais poderes, aos seus ministros e, sobretudo, ao povo brasileiro, dentro da sua tranquilidade, dentro da sua simplicidade, dentro da sua honestidade. Todavia, não foi o governo, nem o Presidente Itamar, adequadamente respeitado pela mídia.

4.2 Eleições Presidenciais – 1994/1998

O Plano Real do governo Itamar empolgara os brasileiros, ele trouxe ganhos reais do salário. E as campanhas presidenciais de Fernando Henrique Cardoso contaram com a propaganda dos benefícios do real.

Luiz Inácio Lula da Silva, candidato de esquerda, voltara a disputar aquelas eleições (1994 e 1998), e perdera nas duas disputas para o Plano Real.

5 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – 1995/1998 e 1998/2002

Fernando Henrique, pelo PSDB e seu Vice, Marco Maciel, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), intensificaram, dinamizaram o projeto neoliberal, iniciado por Collor. O processo de privatizações se acelera assustadoramente nos dois mandatos.

O projeto governamental, dentro da filosofia neoliberal, abrange basicamente todas as empresas estatais. Porém, a questão não é apenas privatizar, mas praticamente doá-las, pois, segundo Aloysio Biondi, na série Brasil Privatizado I e II, aquelas empresas foram vendidas a “preço de banana”, com o agravante do uso de “moedas podres”. Há outro agravante seríssimo, ainda segundo Biondi, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O “assalto” ao patrimônio do povo brasileiro foi absoluto, quarenta e cinco empresas foram “entregues de mão beijada” aos empresários nacionais e

multinacionais.

O governo federal, com apoio do Congresso, tira do povo as grandes empresas estatais, Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale do Rio Doce. Além de privatizar empresas de energia e bancos estaduais.

Preparou-se para privatizar Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, procedendo o Plano de Demissão Voluntária (PDV), reforma de agências e transferência de funcionários. Todavia, e felizmente, o governo FHC não teve tempo hábil para concretização de plano tão funesto.

E, sobretudo, o grande descalabro do governo Fernando Henrique foi tentar privatizar a Petrobrás que, para alguns membros daquele governo era um “dinossauro”, porém, para os brasileiros, a querida Petrobrás era orgulho nacional.

Assim foi o governo FHC, neoliberal, portanto, contra o povo brasileiro. Esse neoliberalismo econômico ideologicamente se transportou para a área educacional.

5.1 Educação no Governo FHC – 1995/1998; 1999/2002

As leis de significado mais profundo para a sociedade brasileira levam muitos anos entre a sua discussão inicial e sua aprovação nas duas casas legislativas federais, Câmara e Senado.

Assim é que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de número 1.258/88, aprovada na Câmara Federal, considerada por Maria Aparecida Zanetti como democrática e popular, no Senado sofre profundas alterações que a descaracterizam, recebendo nesta casa legislativa um novo número, Lei 9.394/96.

A professora Zanetti faz uma série de análise desta lei, considerando-a de cunho neoliberal, dentro dos ditames do Banco Mundial; por conseguinte, desprovida de inovações tecnológicas, pedagógicas e curriculares que levem o educando a compreender e apreender sua realidade, de modo a tornarem-no sujeito ativo e participativo das mudanças interiores e transformadores dos valores éticos e morais que fomentem uma cidadania consciente e atuante.

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, na sua abrangência, nos 1º e 2º graus estabelece seus currículos e sua duração. Fazendo-se um retrospecto, até a Lei 9.394/96, os 1º e 2º graus eram constituídos de outra forma.

Outrora, dividia-se o ensino em primário, que compreendia da 1ª à 4ª série; e ginásial, da 5ª à 8ª série. Com a Lei 9.394/96, são suprimidos primário e ginásial,

substituídos pela nomenclatura fundamental.

Outra mudança se dá no tocante à série, que, hoje, chama-se ano; e o Fundamental passa a chamar-se: Fundamental I, do 1º ao 5º ano; e Fundamental II, do 6º ao 9º ano. Quanto ao tempo de duração, houve uma pequena alteração; agora são nove anos.

Os componentes curriculares, de acordo com a LDB 9.394/96, são formados por uma Base Nacional Comum e uma Base Diversificada. Essa Base Diversificada compreende o ensino de Língua Estrangeira e de Informática. Além da Base Nacional Comum e Base Diversificada, a Lei nomeia alguns temas de transversalidade.

Essa transversalidade se refere ao ensino de Ética e Cidadania, Diversidades Culturais, Educação Ambiental, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo, e temas locais. O art. 32 da Lei 9.394/96 estabelece:

O Ensino Fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996)

O Ensino Médio compreende os três anos subsequentes ao fundamental, chamado antes da LDB 9.394/96 de 2º Grau. De acordo com esta mesma Lei, o Ensino Médio junto com o Fundamental e a Educação Infantil, passou a se constituir em Ensino Básico.

Os art. 35 e art. 36, que tratam do currículo do Ensino Médio, rezam:

Art. 35: O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36: O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste

Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição. (BRASIL, 1996)

Vale salientar que entre a avaliação da LDB 9.394/96, realizada pela professora Maria Aparecida Zanetti, e os caputs dos artigos e incisos desta Lei, referentes ao Ensino Básico, há grandes controvérsias.

A visão da professora Aparecida de uma lei neoliberal, sob os auspícios do Banco Mundial, não é percebida no estudo dos artigos, incisos e parágrafos que tratam do Ensino Básico.

Todavia, a Lei 9.394/96 também não estabelece abertura para reformulações necessárias a uma prática educacional mais adequada dentro de uma dinâmica porque passa toda a sociedade e a própria educação, considerando-se o que diz Paulo Freire que o ser humano é inacabado.

5.2 Eleições Presidenciais 2002 e 2006

Luiz Inácio Lula da Silva é candidato a Presidente da República pelo PT, com apoio das esquerdas, pela 4ª vez. Candidatara-se pela 1ª vez, em 1989, disputando o 2º turno com Collor de Mello.

Em 1994 e 1998 disputara contra Fernando Henrique Cardoso que ganhara as duas eleições já no 1º turno. Em 1998, a aprovação do governo FHC era imbatível.

Ganha as eleições de 1998, logo após, FHC, que equipara o valor do dólar ao real desde 1995, desvaloriza o real em relação ao dólar, clamor antigo dos economistas. Tem início o processo inflacionário, o grande aumento dos juros. A aceitação do governo começa a cair o que impede que Fernando Henrique mantenha o processo de privatizações. Assim, escapam o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, mas sobretudo, a Petrobrás.

Para privatizar a Petrobras, o governo FHC realiza pesquisa junto ao empresariado estadunidense, que opta pelo nome Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) em substituição ao nome, conhecido e amado, Petrobras. O governo, então, se preparava para uma grande campanha publicitária para troca do nome da

empresa.

Após esta campanha, com a “lavagem cerebral” realizada, o governo concretiza a privatização da Petrobras. Foi grande o desgaste do governo, que não teve apoio nem mesmo de seus tradicionais aliados.

Junto ao processo eleitoral a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio dos movimentos populares, das centrais sindicais e dos partidos de esquerda, encaminha à população brasileira um plebiscito em que pergunta se o Brasil deve pagar a dívida externa, se o governo deve entregar parte do nosso território – a Base de Alcântara para controle militar dos Estados Unidos da América, e se o Brasil deve aderir à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Esta campanha foi empolgante, e o NÃO às três perguntas do plebiscito foi vitorioso, com maioria espetacular. Embora, o candidato Lula não tenha se envolvido com o plebiscito, estas questões estavam na mente e coração do povo.

Luiz Inácio Lula da Silva, na sua 4ª disputa, derrotando José Serra, candidato pelo PSDB, no 2º turno. As eleições de 2006 são disputadas por Luiz Inácio Lula da Silva, pelo PT, com apoio das esquerdas, contra José Alkimim, pelo PSDB. O PT e o governo Lula, em 2005, haviam passado por um desgaste político importante com o que a imprensa grande chamou de “Mensalão”.

Embora o governo tenha tido que aceitar o período de saída de antigos companheiros do partido, membros de seu governo, Lula, de cabeça erguida, manteve e aprofundou seus programas sociais e seu estilo de governar. Sua aceitação popular se manteve e venceu as eleições de 2006.

Lula, na campanha, dá ênfase na crítica ao candidato do PSDB e sua política partidária neoliberal de privatizações. E Lula vence Alkimim no 2º turno.

6 GOVERNO LULA – 2003/2006; 2007/2010

O primeiro governo Lula se processou em clima de alegria e preocupação. Alegria por, finalmente, depois de três batalhas eleitorais Lula ser colocado no Palácio do Planalto para governar o país; e preocupação pois foi um começo difícil, tanto pela expectativa que se criara, quanto pelo que o PT chamava de “herança maldita”.

Uma dívida externa altíssima, juros elevadíssimos, descrença internacional, medo, segundo o discurso da direita, transmitido pela atriz Regina Duarte, dificuldades próprias de um governo que se inicia desejoso de transformar a sociedade brasileira com desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

O Programa Fome Zero implantado já em 2003 transforma-se num grande sucesso, sobretudo com a implantação do Programa Bolsa Família, programa que, em 2008, junto com outras políticas governamentais, deram condições ao Brasil de sofrer pouco com a crise econômica mundial e de ser o primeiro país a sair dela.

E foram esses programas de conciliação entre desenvolvimento econômico com distribuição de renda que tornaram o Brasil conhecido e respeitado, e levaram o Fórum Econômico Mundial a dar ao Presidente Lula, em janeiro de 2010, o título de “Estadista Global”, título dado pela primeira vez em toda a história política do mundo.

6.1 Educação no Governo Lula – 2003/2006; 2007/2010

Embora haja críticas à educação, por muitos considerada como instrumento de espoliação das classes dominantes, ao longo dos tempos ela vem evoluindo, mas gradativamente.

Essa evolução, no âmbito governamental, tem decorrido da influência de teorias de grandes educadores, como Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darci Ribeiro, Florestan Fernandes, Cristovam Buarque, respeitados nacional e internacionalmente. Em âmbito nacional há teorias também de Demerval Saviani, Luiz Carlos Libâneo, Maria Aparecida Zanetti, Pedro Demo, Lauro de Oliveira Lima e sua dinâmica de grupo, e, no Ceará, Sofia Lescher. Temos ainda, de influência internacional, Jean Piaget, educador francês, e Vygotsky, educador bielorusso, e o estadunidense Howard Gardner, criador da teoria “inteligências múltiplas”, entre outros.

O Ministério da Educação, através dos tempos, de certa forma, não ficou imune a essas teorias. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, percebe-se práxis das diversas teorias educacionais, por meio dos seus projetos político-pedagógicos, em que buscam a inclusão social dos tradicionalmente excluídos, para aprofundar a universalização da Educação.

Esse aprofundamento da universalização da Educação no governo Lula vem acontecendo em todos os níveis, desde o Ensino Básico ao Superior, abrangendo o Ensino de Jovens e Adultos (EJA), bem como a esfera do Ensino Técnico. O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) possui dois grandes objetivos: possibilitar o acesso inteira ou parcialmente gratuito por meio de bolsa em faculdades particulares, para aqueles desprovidos de recursos financeiros, e melhorar o Ensino Médio Público, já pela pressão e necessidade dos seus próprios alunos pretendentes ao PROUNI.

Um outro programa educacional e de grande significado é o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que aumenta em 50% o número de

vagas nas universidades federais já existentes.

Ainda em relação às universidades federais e de grande importância, é a criação, nesses oito anos de governo Lula, de 14 universidades e mais de uma centena de campus universitários espalhados pelo Brasil.

Com relação ao Ensino Técnico, os Centros Federais de Ensino Técnico (CEFET), tão fundamentais e valorizados por terem um ensino de alta qualificação, no governo Lula, passam a chamar-se Institutos Federais de Ciências e Tecnologias (INFET) de nível superior. Serão criados, até final do seu governo, mais de 200 INFETs.

Ainda o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, tinha por finalidade avaliar a cada ano o desempenho dos alunos de Ensino Médio. A partir de 2009, o ENEM passou a ter uma outra finalidade e outro significado. O aluno aprovado com determinada média não necessitará prestar exame vestibular, tendo acesso ao PROUNI e à universidade pública. Outro aspecto importante é que o Enem acaba com o esquema do exame múltipla escolha, priorizando o raciocínio lógico e a consciência crítico-reflexiva.

Outros programas sérios e respeitados como o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENAD), o Exame Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (INEP) têm sido instrumentos eficazes para correção de distorções no sistema educacional brasileiro. Isso não significa que estejamos com a educação pronta e acabada, até porque a Educação é um processo.

7 EDUCAÇÃO BÁSICA

O Ministério da Educação do governo Lula promoveu algumas modificações no que já vinha sendo chamada de Educação Básica. Esta passou a compreender nove anos e não mais oito anos. Assim, o **Ensino Infantil** abrange crianças de zero a cinco anos.

O **Fundamental I** não compreende mais crianças a partir dos sete, mas dos seis aos dez anos; o **Fundamental II** dos 11 aos 14 anos e o **Ensino Médio** dos 15 aos 17 anos. O **Ensino Fundamental** tem como currículo: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Artes, Educação Física, e os temas transversais – Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidades Culturais e Orientação Sexual e Trabalho e Consumo.

O currículo do **Ensino Médio** é constituído de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática), Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Biologia, Física, Química e Matemática); Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Política).

Dentro da Educação Básica, a sua última etapa, o Ensino Médio, mantém, desde o governo Fernando Henrique, os parâmetros curriculares nacionais, que têm como objetivo auxiliar os educadores na reflexão sobre a prática diária em sala de aula e servir de apoio ao planejamento de aulas e ao desenvolvimento da escola.

Embora tenha havido um avanço significativo nas matrizes curriculares do Ensino Básico, sobretudo com a inclusão de disciplinas – Sociologia, Antropologia, Filosofia e Política no Ensino Médio; no Ensino Fundamental, as Artes, os Temas Transversais, como Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidades Culturais e Orientação Sexual e Trabalho e Consumo – voltadas para a prática, a sua teorização não tem conduzido a este resultado.

No entanto, tem faltado à instituição educacional nos seus mais diversos profissionais, diretores, coordenadores pedagógicos e professores um envolvimento e preocupação maiores em planejar mais adequadamente, de maneira que responda às necessidades reais do cotidiano dos alunos e alunas e de suas respectivas comunidades.

Esse envolvimento e preocupação dos profissionais da educação com uma atuação consciente de cidadão e cidadã deve estar em busca de um *Feedback* cotidiano e permanente dos alunos, alunas e comunidade. Esta atuação dos profissionais da educação será construída mais significativamente se inserido no currículo do Ensino Básico a disciplina Direito Constitucional.

8 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO PARA O PROCESSO EDUCACIONAL

O currículo, sendo uma vértebra da educação escolar, em que estão distribuídas as disciplinas, e nestas conteúdos a serem organizados pedagógica e didaticamente, a serem ministrados pelos professores em sala de aula, deve ter como finalidade a sua assimilação e aplicabilidade pelos alunos na prática cotidiana.

Pode-se afirmar que o currículo é fundamental para o processo educacional. Ele deve ser reavaliado pelos educadores, pois é comum os conteúdos impostos pelo currículo não respeitarem as características culturais, econômicas e sociais que as

diversas regiões deste país continental têm e que merecem ser respeitadas e trabalhadas.

Os currículos, muitas vezes, prendem-se meramente ao aspecto informativo, ignorando a necessidade da formação cidadã dos alunos, como se isso fosse tão somente responsabilidade da família ou de outros órgãos institucionais, como Igrejas, clubes e mídia. Esta última tem mesmo mais deturpado a cidadania do que colaborado para a sua construção.

Historicamente, tem-se observado políticas educacionais abolirem certas disciplinas do currículo; enquanto outros governos as reimplantam com outros nomes. Todavia, a própria estruturação do currículo numa base comum unificada a nível nacional, e diversificada regionalmente, permanece bem como os componentes fundamentais básicos.

Os currículos no Brasil, de um modo geral, assim como a educação, foram instrumentos usados para atender aos interesses da classe dominante da sociedade em detrimento da classe trabalhadora, reforçando, cada vez mais, as diferenças de classe no orbe ideológico, econômico e cultural.

A função da escola capitalista tem sido a de se anteceder ao papel da empresa ao se fazer a seleção para os cargos a serem exercidos futuramente pela clientela no mercado de trabalho. Não podemos, contudo, pensar em educação apenas nessa ótica de conservação, o que por certo anularia todo o potencial transformador, toda a dimensão dialética, inerente ao ato educativo.

A nossa compreensão afirma que o currículo vai além da sala de aula. Ele toma maior significado quando perpassa o intelecto do aluno e se materializa, quando este aluno consegue organizar sua reflexão na forma de repensar sua realidade, desenvolvendo determinada lógica. Desse modo, ele faz uso da sua cognição para transformar o seu contexto social.

Na visão de Cunha (1984, p. 35), “o papel social do currículo na escola pública é ampliar a referência do pensamento humano, desestabilizando a ideologia dominante e desvelando a natureza de classe do conhecimento conservador”.

É certo que os currículos foram sendo elaborados e reelaborados conforme as necessidades práticas de cada época e interesses político-sociais vigentes em cada organização social. Pelo presente momento, o currículo ainda tem muito que melhorar para acompanhar a dinâmica das relações econômicas, sociais, culturais e tecnológicas concomitantemente com a evolução da democracia.

O currículo, quando conservador, desvincula o conhecimento para a vida, a

lógica da aprendizagem e a pedagogia da condição social do aluno. Portanto, o currículo necessita ser analisado para que o professor não caia no erro de passar alguns conteúdos para o aluno fora do seu contexto sociocultural.

O currículo deve ser instrumento do processo educacional que fomente convicções sobre as finalidades sociais, políticas e pedagógicas do próprio trabalho do professor; sobre o papel da disciplina que leciona e dê significado na formação de cidadãos ativos para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Ainda segundo Cunha (1984, p. 35):

o currículo escolar deve ser elaborado com conteúdos, que forme nos alunos a capacidade crítica e criativa, frente aos desafios postos pela realidade social, pois não se consegue formar alunos observadores ativos, criativos se os conteúdos estiverem desvinculados de sua realidade.

Neste sentido, reafirmamos a necessidade de um currículo que nos promova conhecimento pleno, principalmente no que diz respeito às garantias constitucionais; tais como, a dignidade da pessoa humana, o direito à educação, ao lazer, a habitação, a saúde e ao esporte. O direito a saber como funciona a máquina do Estado Democrático, o direito a compreender como é forjado os nossos direitos e deveres.

Tudo isso para que nossos alunos assimilem no seu intelecto, no emocional e no comportamento a cidadania como uma ação consciente e crítica. E essa ação somente poderá ser garantida nos pilares de um currículo bem elaborado, responsável e estimulante.

Consideramos, então, a inserção do Direito Constitucional nos Ensinos Fundamental e Médio como instrumento essencial à educação transformadora.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho foi atingida, apresentou-se um estudo preliminar acerca das vicissitudes institucionais do sistema educacional aplicado ao longo da história recente brasileira. O aporte governamental exerceu, desde os primórdios republicanos, influência determinante na escolha de temas que seriam ensinados às gerações futuras. Mais ainda, pontuou o *modus operandi* dos comportamentos intra e intermuros do complexo escolar.

Foi essencial apontar fundamentos teóricos a partir de autores que analisam (criticam) o tema, reconhecendo as individualizações do processo executório das

“medidas” pedagógicas implementadas por meio do *corpus* normativo e, após 1988, da Constituição Federal vigente, o que, sem embargo, facilitou a comprovação de que insuficiência do rendimento e má distribuição dos conteúdos programáticos são fenômenos decorrentes do processo excludente do qual todos são vitimados direta ou indiretamente. As tentativas de inserção do pensamento voltado à cidadania não alcançaram significativa difusão por conta das pressões reacionárias elitistas.

A garantia indelével que crianças e adolescentes têm assegurada pelo ordenamento jurídico precisa ser aplicada na sua dimensão plena de considerar que as instituições sociais não devem ser discriminatórias negativas, reservadas a poucos grupos privilegiados. Idas e retornos podem ser notados durante os cinco períodos analisados. Na República Velha, predomina o coronelismo abastado, com os anos 1930 vêm ondas de populismo e o ensino técnico passa a ganhar espaço, de 45 a 64 o Brasil experimenta radical mudança no parâmetro das turmas e unidimensional desenvolvimentismo anima os estudantes, a Administração Militar subverte as funções docentes e passa a “censurar” disciplinas críticas ou reflexivas. Vivemos uma nova dimensão da democracia semi-participativa, com o escopo de efetivar a construção do elevado ideal, que se dá num terreno de beligerância (des)organizada e de interesses contrastantes, é de suma relevância que profissionais, tais como assistentes sociais, conselheiros tutelares, psicólogos, professores, orientadores educacionais entre outros, tentem estar concentrados e empenhados com sua atribuição interdisciplinar, possibilitando bom êxito no âmbito de planejamento e coordenação de novas atividades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

CUNHA, L. A. **A profissionalização da escola improdutiva**: um exame das relações entre educação e estrutura econômico-social. São Paulo: Cortez, 1984.

VIEIRA, Sofia Lecher. Política educacional em tempos de transição de 1985-1995. Disponível em: <http://www.org.br/index.php/RBEP/article>. Acesso em 27/04/2010.